

Introdução

Maurício Soares Leite

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LEITE, MS. *Transformação e persistência: antropologia da alimentação e nutrição em uma sociedade indígena amazônica* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. 239 p. ISBN 978-85-7541-137-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Perspectivas Bioculturais em Alimentação e Nutrição

As foods transforms to nutrients, culture blends into biology.
Goodman, Dufour & Peltó (2000)

As relações entre homem e ambiente na Amazônia têm sido descritas em abordagens que incluem modelos ambientais de evolução sociocultural e de comportamento adaptativo (Hames & Vickers, 1983a), que buscam explicar tanto as formas e possibilidades de ocupação humana da região como traços socioculturais das sociedades indígenas amazônicas. Trata-se de uma literatura extensa, que reflete décadas de intensos debates e vem recebendo aportes de diversos campos de conhecimento, como a arqueologia, a etnologia, a ecologia e a biologia. Sem pretender esgotá-la aqui, irei pontuar alguns dos principais argumentos e autores envolvidos nos debates, buscando ilustrar – ainda que de modo breve – a riqueza das discussões.²

Reverendo a literatura sobre as relações entre o homem e o ambiente na Amazônia, Morán (1990) as divide em duas correntes. Para uma delas, essas relações seriam explicadas pela história cultural; ela veria no homem a “capacidade infinita (...) em controlar a natureza e até em ignorar as limitações que ela apresenta” (Morán, 1990: 56). Para a outra, a humanidade estaria inevitavelmente sujeita às limitações impostas pelo meio. Morán chama a atenção, nesta última corrente, para a inestimável contribuição de Julian Steward, que viria a influenciar toda uma geração de antropólogos e que permearia a elaboração do próprio *Handbook of South American Indians*, organizado por Steward (1948). Central às análises do autor era a idéia da ação preponderante de determinantes ambientais sobre a cultura das sociedades nativas.

Nas décadas seguintes, a Amazônia seria vista como um ambiente hostil, habitado por grupos humanos demograficamente reduzidos e esparsos, tidos como

social e culturalmente pouco complexos. Este seria o “modelo padrão” (Viveiros de Castro, 2002: 321), determinado pela adaptação humana a fatores ambientais limitantes. Embora Steward já reconhecesse algum grau de heterogeneidade ecológica na região, uma vez admitida a preponderância do ambiente, restaria pouco espaço à ação humana, como um diferencial importante na condução do modo de vida das populações amazônicas.

Dentro desse ideário, Fausto (2001) chama a atenção, ainda, para as imagens da floresta amazônica no pensamento ocidental, oscilando entre os pólos da fartura e da escassez. O primeiro remontaria à tradição ibérica da idéia de paraíso terrestre, tendo sido incorporado pelo discurso ambientalista. O segundo estaria associado à dificuldade dos colonizadores em adaptarem-se ao ambiente da floresta, e estaria refletido na antropologia dos últimos cinquenta anos.

A influência das idéias de Steward e seus seguidores, no entanto, não se limitou à antropologia, em seus diversos ramos, ou à ecologia humana. Neves (1998) assinala que grande parte da arqueologia amazônica é tributária dos conceitos apresentados no *Handbook of South American Indians*, e que argumentos ecológicos, fossem eles determinísticos, fossem possibilísticos ou causais, ainda constituiriam importantes ferramentas para explicar as dinâmicas socioculturais da Amazônia pré-colonial. A pretensão de explicar a ocupação humana da região acabaria por resultar também em um certo modo de compreender determinados traços socioculturais das sociedades indígenas contemporâneas das chamadas terras baixas sul-americanas. Estas eram descritas como pequenas, simples, isoladas, autônomas e dispersas, contrastando vivamente com as sociedades hierarquizadas e politicamente centralizadas dos Andes centrais. Ao mesmo tempo que a rica particularidade sociológica dos índios sul-americanos era, de certa forma, negligenciada (Overing-Kaplan, 1977), essas diferenças eram equacionadas em termos evolucionistas e explicadas com base em fatores ambientais. Atributos ecológicos atuariam como impeditivos do surgimento de sociedades ‘mais complexas’.

Dentre os fatores considerados significativos para a ocupação humana da região, a alimentação ocupa sem dúvida um lugar-chave (Adams, Murrieta & Sanches, 2005; Murrieta & Dufour, 2004; Murrieta, Dufour & Siqueira, 1999). Assim é que a escassez de solos agricultáveis é inicialmente apresentada como o fator limitante, lugar posteriormente ocupado nos debates pela proteína da dieta, sem que contudo se modificasse a natureza da argumentação. Entre os principais representantes dessas correntes estão, respectivamente, Betty Meggers e Donald Lathrap.

Os solos ácidos e pobres da região seriam incapazes de suportar grandes populações, podendo ser cultivados por poucos anos e exigindo um longo tempo de recuperação. Atualmente, no entanto, é reconhecida a heterogeneidade pedológica amazônica, com o registro de terras ricas e adequadas para a agricultura

em proporção significativa, embora fragmentadas por toda a região. Morán (1990) indica a existência de milhões de hectares de solos férteis em toda a Amazônia, ainda que dispersos entre solos efetivamente pobres e ácidos. Além disso, a definição do caráter limitante dos solos em termos absolutos desconsideraria o peso da tecnologia disponível em contextos etnográficos distintos (Morán, 1990).

A capacidade de produção de alimentos pela agricultura foi ainda questionada por Carneiro (1983) com base nos dados sobre os Kuikuru, que demonstravam uma elevada produtividade da cultura da mandioca mesmo em solos ácidos. Carneiro (1995) indica ainda o pequeno investimento em trabalho necessário para a produção de excedentes significativos, capazes de assegurar a provisão de alimentos mesmo diante da ocorrência de imprevistos que pudessem comprometer a produção, como o ataque de porcos-do-mato. Mesmo baseada na produção da mandioca, a região do Alto Xingu teria mesmo um passado pré-colombiano de populações extensas e uma organização social complexa (Carneiro, 1995; Heckenberger, 2001, 2005). As evidências etnográficas e arqueológicas da região contrariam a idéia de que somente as várzeas amazônicas, caracterizadas pelos solos férteis, permitiriam o desenvolvimento de sociedades complexas; e de que o cultivo do milho e de outros grãos e a agricultura intensiva seriam elementos fundamentais para a manutenção dessas sociedades (Carneiro, 1995; Roosevelt, 1980).

Ainda na década de 60, a baixa disponibilidade de proteína veio a ser considerada o fator limitante, em lugar dos solos férteis. Em 1975, Gross publicou uma revisão dos dados disponíveis na época sobre a ingestão protéica de diversos grupos e que revelam um consumo modesto, com médias diárias variando entre 15 e 63 g *per capita* (Gross, 1975). A escassez do nutriente seria responsável por traços culturais como a elevada mobilidade, a manutenção de baixos níveis de crescimento demográfico e a guerra, sem os quais os níveis de consumo do nutriente seriam comprometidos. O trabalho de Gross assume uma importância particular pelo fato de, diferentemente de seus antecessores, basear seus argumentos em dados quantitativos sobre consumo protéico e biomassa (Hames & Vickers, 1983a).

Resumidamente, as discussões que se seguiram argumentaram a favor do papel adaptativo dos tabus alimentares (Ross, 1978), da produtividade da caça e da pesca, do uso de múltiplas ecozonas e da relativa importância da pesca em relação à caça (Beckerman, 1983; Hames & Vickers, 1983b; Hill & Hawkes, 1983; Stocks, 1983; Milton, 1991). As críticas à idéia da limitação protéica incluíam abordagens apoiadas em paradigmas tão distintos como os ecológicos, sociológicos e simbólicos (Senra, 1996). O exame da hipótese resultou na produção de dados fundamentais para a compreensão dos modos de vida amazônicos, embora o diálogo com a etnologia tenha sido mínimo (Viveiros de Castro, 2002; para um exemplo de uma iniciativa bem-sucedida de diálogo, ver Descola, 1994). A distância entre os campos já se manifestara muito antes, ainda na década de 50. Para Viveiros de

Castro (2002: 322), o estruturalismo de Lévi-Strauss, especialmente a partir dos três volumes iniciais das *Mitológicas*, desloca “para o interior das cosmologias ameríndias a macro-oposição [sic] conceitual entre natureza e cultura que subjazia às teorias deterministas dos herdeiros de Steward”. Esse distanciamento viria a se reduzir, mais tarde, com os trabalhos de William Balée sobre a etnobotânica Ka’apor e de Philippe Descola sobre a ecologia e a economia Jívaro. Neves (1998: 625) também descreve a “morte lenta e indolor” das teorias limitantes ao desenvolvimento cultural e à ocupação da Amazônia, graças às contribuições da etno-história, da ecologia e, ainda, da ecologia histórica de William Balée.

Em sua análise da etnobotânica dos Ka’apor, Balée propõe uma descrição dos aspectos ecológicos e históricos de suas relações com as plantas que não apenas os circundam, mas que foram em grande medida modificadas por eles (Balée, 1993). O grupo apresenta um sofisticado sistema de manejo florestal, capaz de manter a produtividade da terra, da fauna e da flora nos arredores dos assentamentos Ka’apor, e que aumenta a habitabilidade do ambiente (Balée & Gely, 1989; para outros exemplos de manejo de recursos naturais na Amazônia, ver Posey & Balée, 1989). As florestas amazônicas não seriam, assim, ambientes intocados, mas o resultado de uma longa interação com as sociedades que as ocupam. Em certas condições, a presença humana poderia mesmo aumentar a biodiversidade, em lugar de reduzi-la (Balée, 2006; Hornborg, 2005). A abordagem representa um deslocamento radical das perspectivas anteriores, redimensionando os papéis humano e ambiental e situando-os ainda em uma perspectiva histórica que confere uma nova profundidade temporal às análises das relações entre o homem e a paisagem.

A Amazônia vem sendo, ao mesmo tempo, progressivamente reconhecida em sua diversidade ambiental e pela complexidade das relações entre as sociedades nativas e os ecossistemas que elas ocupam, para além da clássica dicotomia várzea-terra firme (Morán, 1995). Mesmo as vertentes adaptativas propõem a integração de perspectivas históricas às abordagens ecológicas da realidade humana na região (Morán, 1990). E, reconhecida a “complexidade das formas sociais” ameríndias, o panorama dos estudos sobre as sociedades amazônicas parece caminhar em direção a uma aproximação entre as diferentes tradições do campo, em que pese a influência das perspectivas originais (Viveiros de Castro, 2002: 320).

Fica evidente, na literatura sobre as populações indígenas sul-americanas, a importância dos temas associados à alimentação em suas cosmologias e da centralidade de aspectos como a comensalidade nos conceitos nativos de corporalidade e de parentesco (para alguns exemplos, ver Hugh-Jones, 1979; Lévi-Strauss, 1968; Teixeira-Pinto, 1997; van Velthen, 1996; Vilaça, 1992, 1995; Viveiros de Castro, 1987). Diante destes estudos, parece claro o papel exercido pelo pensamento nativo não apenas na orientação de suas práticas alimentares, mas ainda na modulação das mudanças relacionadas a essas condutas.

Embora a existência de princípios culturalmente específicos a orientar as práticas alimentares seja comum a quaisquer populações humanas, no caso dos povos indígenas a sua compreensão assume uma relevância particular, por diversas razões. Essas populações com frequência passam, a partir do contato com não-indígenas, por drásticas mudanças em seus modos de vida, o que invariavelmente afeta sua subsistência e suas condições de alimentação e nutrição. Aliada a isso, a articulação com a população não-indígena geralmente acontece em bases amplamente desfavoráveis para as populações nativas, o que se reflete em seus indicadores de saúde e na precariedade das condições ambientais e sanitárias em grande parte das comunidades. Trata-se, assim, de um segmento da população brasileira particularmente sujeito a problemas de ordem nutricional, o que fica aparente nos dados nutricionais disponíveis, ainda que escassos.

Assinalo que não me refiro a princípios que permaneçam a orientar as práticas cotidianas de modo invariável, sem a modulação pelos indivíduos, ou sem que ocorram transformações ao longo do tempo. Ou seja, a princípios fixos e imutáveis, estabelecidos anteriormente à ação, determinando-a e mesmo determinando o pensamento. Trata-se aqui justamente de ver a cultura como dinâmica e heterogênea, e permanentemente negociada (Langdon, 2003). É importante sinalizar que se houve mudanças profundas nos cotidianos dessas sociedades, isto não 'determina' inexoravelmente a ocorrência de modificações em resposta aos estímulos exteriores à sociedade.

Por fim, na atual conjuntura há uma movimentação no sentido de superar os problemas nutricionais dessas populações de modo culturalmente sensível e com a participação ativa das comunidades, o que exige abordagens mais sensíveis às especificidades locais (Fórum Nacional para Elaboração da Política Nacional de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável dos Povos Indígenas do Brasil, 2003). O entendimento das idéias nativas relacionadas à alimentação e, em termos mais amplos, da situação etnográfica em que essas idéias se expressam é, como argumentarei a seguir, fundamental para a compreensão dos perfis nutricionais observados.

Esse argumento, contudo, não é exatamente recente. A partir das primeiras décadas do século XX foi-se consolidando, gradualmente, a convicção de que as raízes dos problemas nutricionais estavam além de sua dimensão biológica, remontando a aspectos sociais, culturais e ambientais, entre outros. Em uma breve revisão das pesquisas que situaram as análises de aspectos alimentares e/ou nutricionais em contextos etnográficos mais amplos, Freedman (1977), embora mencionando estudos realizados ainda em fins do século XIX, assinala como um marco nos estudos antropológicos dos hábitos alimentares o trabalho da antropóloga britânica Audrey Richards na então Rodésia, atual Zimbábue, no início da década de 30. Em 1935 o governo inglês, com o British International African Institute,

inaugura o que Freedman apresenta como a primeira articulação formal entre especialistas de nutrição e de antropologia, criando o Diet Committee, cujo corpo de pesquisadores atuaria nas colônias da África inglesa.

Na época, mostravam-se apenas temporariamente bem-sucedidas as intervenções feitas em crianças africanas severamente desnutridas. Uma vez reinseridas em suas comunidades, isto é, nos ambientes onde permaneciam inalterados os fatores responsáveis pelo problema, as crianças logo voltavam a apresentar um quadro de desnutrição. Em um momento em que as pesquisas privilegiavam os aspectos fisiológicos e bioquímicos do problema, tais intervenções baseavam-se em um modelo monocausal e viam na suplementação de proteínas a possibilidade de sua superação (Johnston, 1987). É interessante observar que, duas décadas mais tarde, a orientação das investigações e intervenções no continente africano ainda não havia se modificado de todo, o que Robson (1978) atribui em parte ao volume consideravelmente maior de conhecimentos sobre a ciência nutricional do que das ações apropriadas para a prevenção da desnutrição protéico-energética. O autor, mencionando as dificuldades que ele próprio enfrentara na década de 50 na Tanzânia, a serviço do governo britânico, afirma que as intervenções usualmente baseavam-se na compreensão dos determinantes imediatos dos problemas nutricionais. Vale assinalar que ainda hoje, a despeito do acúmulo de conhecimentos sobre o tema e da complexidade das análises, a natureza complexa e multifatorial da desnutrição ainda desafia o sucesso das intervenções em populações humanas.

Nos Estados Unidos é criado, em 1940, o Committee on Food Habits, do National Research Council, com a participação de profissionais das áreas de antropologia, sociologia, economia doméstica, psicologia e saúde pública. Ao longo dos anos seguintes, tiveram lugar diversos inquéritos regionais – contemplando inclusive populações indígenas – sobre práticas alimentares e condições nutricionais, com o objetivo adicional de identificar as possibilidades de intervenção e, ainda, delinear estratégias de pesquisas apropriadas. Um aspecto particularmente significativo na atuação do Committee on Food Habits, no entanto, foi o fato de constituir a primeira iniciativa de intervenção em populações pertencentes a nações desenvolvidas, no que contrastava com as iniciativas do Diet Committee britânico, direcionadas às colônias inglesas na África (Freedman, 1977). Kandel, Jerome e Pelto (1980) destacam a importância do Committee on Food Habits no reconhecimento do papel central de fatores não-nutricionais nas condutas alimentares da população norte-americana com a publicação, em 1945, do *Manual for the Study of Food Habits: a report of the Committee on Food Habits*, sob a coordenação da antropóloga Margaret Mead.

A despeito do acúmulo de evidências que, desde então, indicam essa direção e do crescente número de investigações que adotam as mais diversas

perspectivas sobre o tema, o panorama não mudou radicalmente, ou pelo menos não imediatamente. A proposta de contextualização das questões nutricionais em um quadro mais amplo, no qual interagem aspectos que transcendem a esfera estritamente biológica, passou a tomar corpo principalmente a partir da década de 70. Ainda assim, já nos anos 80 Douglas (1982) chamava a atenção para o contraste entre o volume de pesquisas sobre a fisiologia da nutrição e a escassez de análises que discutissem os fatores de ordem social a serem abordados em pesquisas de campo, de modo a subsidiar a implantação de programas de intervenção em sistemas alimentares tradicionais.

Cattle (1977) mostra a articulação entre a antropologia e as ciências nutricionais como uma alternativa à tendência particularizante – no sentido de manter as análises restritas aos pressupostos de disciplinas específicas, como a bioquímica ou a economia – dos estudos em nutrição, em uma crítica que ainda hoje, quase três décadas depois, parece atual. A autora indica justamente a inexistência de uma nítida delimitação das fronteiras de um ‘campo’ da nutrição, ou seja, a sua natureza inerentemente multidisciplinar, como um grande obstáculo à compreensão dos problemas de ordem nutricional. Em sua análise, o fato de as questões nutricionais poderem ser abordadas em perspectivas tão distintas como a econômica, a ambiental e a biológica, dentre outras, se traduziria na dificuldade de produzir abordagens efetivamente multidisciplinares. Desse modo, em meio a disputas por financiamentos e prestígio, uma disciplina invariavelmente prevaleceria sobre as demais, na orientação das pesquisas. O resultado seria a manutenção do caráter particularista dos estudos, e em consequência disso contribuições apenas limitadas para o conhecimento científico e para a superação dos problemas observados.

Esse tipo de tensão não estaria, contudo, limitado aos estudos envolvendo questões alimentares e/ou nutricionais. Referindo-se às possibilidades de integração entre a antropologia e a epidemiologia, Castiel (1999) apresenta o mesmo problema, em uma descrição compatível com quaisquer tentativas de estabelecimento de relações interdisciplinares. Isto é: embora haja certa “especificidade metodológica” para cada situação (ou seja, para cada tipo de objeto e contexto de pesquisa haveria métodos e técnicas mais apropriados), e portanto não se justifique a hegemonia de quaisquer métodos ou disciplinas, as discussões sobre o tema com frequência transcendem a esfera estritamente metodológica, envolvendo “lutas de poder e controle corporativo” (Castiel, 1999: 695).

Nesse contexto, já de início a antropologia teria uma contribuição fundamental a dar, pouco mencionada nas discussões sobre o tema: ela possibilitaria o reconhecimento dos vieses disciplinares, institucionais e culturais que usualmente permeiam as pesquisas, permitindo assim a superação de limitações e obstáculos que de outro modo poderiam comprometê-las seriamente (Harrison & Ritenbaugh,

1981; Jerome & Peltó, 1981). O aporte antropológico não estaria restrito, portanto, à compreensão dos contextos etnográficos das populações estudadas, mas também à das especificidades culturais dos próprios pesquisadores e de suas propostas de trabalho. Desse modo, estender-se-ia a todas as etapas das pesquisas e/ou programas de intervenção, o que inclui a formulação dos projetos e a análise dos resultados obtidos. Nesse âmbito, a biomedicina e as demais disciplinas devem necessariamente ser vistas como conjuntos de idéias e crenças culturalmente específicos, e não mais legítimos que os nativos (Langdon, 2000, 2003).

No entanto, o papel da antropologia é por vezes explicitamente limitado, na literatura, à mediação entre a população-alvo dos estudos e os proponentes das intervenções. Freedman (1977: 2) afirma:

regardless of circumstance, however, the solution [of the nutritional problem] will almost always require some modification of a cultural habit. The job of the anthropologist in applied nutrition is to view a nutritional problem within its cultural context and, on the basis of analysis of both the problem and the culture, to suggest a plan of action which may be followed in such a manner that, whatever change must be brought about, the least resistance will be generated by the required intervention.

Sua afirmação, ainda que considerando fundamental a participação de antropólogos na abordagem das questões nutricionais – o que já representa uma proposta de ampliação dos horizontes dos estudos –, pode ser vista ainda como um reflexo do mesmo olhar particularista, se não etnocêntrico, que Cattle (1977) ressalta.

O que transparece em seu discurso é a existência de problemas atribuíveis a práticas culturalmente específicas e, do ponto de vista das ciências nutricionais, deletérias – portanto, passíveis de reorientação, isto é, de uma correção direcionada pelos agentes dos programas. Trata-se de uma visão que coloca a biomedicina em uma posição paradigmática, a partir da qual as práticas nativas são avaliadas (Langdon, 2000). O pressuposto de que os agentes das mudanças detêm os conhecimentos e de que a solução dos problemas por eles identificados reside em colocar esses mesmos conhecimentos em prática – ainda que da forma menos traumática possível – é tão-somente coerente em um discurso etnocêntrico e, mais que isso, marcado pela racionalidade dedutiva, baseada no método experimental (Ritenbaugh, 1982). Não teço aqui uma crítica à argumentação de Freedman, nem caberia fazê-lo, quase trinta anos após a publicação de seu artigo. No entanto, faço uso da citação para destacar que, se a distância temporal e a trajetória dos debates observada desde então podem tornar desnecessário ou inapropriado esse contraponto, o discurso do autor parece surpreendentemente atual – não apenas no que se refere à produção acadêmica relativa à temática nutricional, mas

especificamente às práticas dos profissionais da saúde que atuam junto aos Wari'— para não dizer junto aos povos indígenas do país (Langdon, 2000).

A adoção de uma perspectiva antropológica nos estudos em nutrição e, em termos mais amplos, na abordagem de questões de saúde apresenta um grande potencial para a sua compreensão (Goodman, Dufour & Pelto, 2000). No entanto, as possibilidades que se apresentam podem ser severamente limitadas pela pressuposição de que a cultura possa constituir, em sua especificidade, um obstáculo às ações de saúde, impedindo a livre implantação das mudanças julgadas necessárias pelos representantes da biomedicina. E se esse tipo de pressuposto já foi superado nas discussões acadêmicas (Langdon, 2003), ele ainda se mostra presente na operacionalização, em âmbito local, da atenção à saúde indígena. Nesse contexto, o conhecimento antropológico por vezes parece permanecer assumindo tão-somente a função de mediação, voltado especificamente para a transposição das barreiras que a cultura apresenta. E, ainda, para a identificação de práticas cotidianas prejudiciais à saúde na perspectiva biomédica, no mais das vezes baseadas em crenças tidas por esta última como irracionais.

Por injustificados que sejam esses argumentos, eles não se encontram restritos aos estudos em intervenção realizados nas primeiras décadas do século XX, mas parecem permear, contemporaneamente, a atenção à saúde prestada a essas populações. Mesmo em discussões recentes sobre as condições de nutrição das sociedades indígenas, a abordagem do problema é estritamente biomédica, por vezes estendendo-se a questões de ordem econômica. Não é incomum que as práticas alimentares nativas, particularmente aquelas referentes à alimentação infantil, sejam vistas como problemas a serem superados, e a 'educação nutricional', em abordagens que tangenciam a idéia de um 'processo civilizatório', seja apresentada como solução para os supostos problemas. DeWalt & Pelto (1977) já chamavam a atenção, há quase trinta anos, para essa tendência nas análises e para a supervalorização de aspectos de importância secundária na determinação da desnutrição, enquanto as causas estruturais do problema eram desconsideradas.

Um princípio fundamental na proposta de uma abordagem multidisciplinar nos estudos sobre alimentação e nutrição é o de que as escolhas e práticas alimentares humanas são norteadas pelas interações entre os mais diversos fatores, que não se encontram limitados a aspectos estritamente nutricionais ou, em última instância, biológicos. Além disso, o próprio consumo de alimentos constitui um comportamento tanto biológico como social (Jerome & Pelto, 1981). E o modo como essas dimensões se concretizam e se articulam acaba por se refletir na biologia humana, aconteça isso a curto, médio ou longo prazo (Leite, 2002).

A idéia de que a alimentação humana pode ser vista em perspectivas distintas é comum a diversas áreas do conhecimento científico dedicadas ao estudo das relações entre o homem e seus alimentos, e que vão da bioquímica e da biologia

celular à filosofia e à história, para mencionar apenas algumas possibilidades. Essa diversidade tem resultado em análises que, centradas em uma base comum, abordam ora questões de caráter estritamente biológico, ora social. Outras disciplinas focam temas situados entre esses extremos, em um campo no qual interagem aspectos pertinentes aos dois pólos. Em comum, além do interesse pelos múltiplos aspectos das relações entre o homem e seus alimentos, teriam um enfoque essencialmente 'biocultural', isto é, centrado na interface entre os aspectos biológicos e sociais da alimentação (Peltó, Goodman & Dufour, 2000). Exemplos dessas disciplinas seriam a epidemiologia nutricional e a 'antropologia nutricional', dentre outras.

Na verdade, a proposta de integrar aspectos biológicos e sociais nas análises dos perfis de saúde começa a se concretizar pelo menos algumas décadas antes dos trabalhos centrados nos aspectos alimentares e nutricionais. A importância de fatores sociais, políticos e econômicos na determinação dos perfis de saúde foi percebida por um número considerável de estudiosos ao longo do século XIX e talvez expressa de modo mais evidente pelos teóricos da medicina social. A interação entre as perspectivas remontaria pelo menos ao surgimento das disciplinas da antropologia e da epidemiologia (Trostle, 1986a). Em linhas gerais, a trajetória da antropologia nutricional, como um campo de conhecimento híbrido entre as ciências sociais e biológicas, integra um movimento mais amplo de aproximação das ciências sociais com as ciências médicas.

Ao longo do século XX, essa aproximação se concretiza institucionalmente em programas colaborativos reunindo profissionais com formações distintas, como exemplificado com a criação dos já citados comitês norte-americano e britânico, dedicados aos estudos nutricionais; e em iniciativas como as desenvolvidas desde a década de 30 pelo Institute of Family and Community Health, na África do Sul, e desde a década de 50 pelo Departamento de Epidemiologia da University of North Carolina, Chapel Hill, Estados Unidos. O trabalho desenvolvido na África do Sul dizia respeito à assistência à saúde comunitária e ao diagnóstico comunitário, enquanto em Chapel Hill as pesquisas centravam-se nos efeitos sobre a saúde decorrentes das mudanças sociais (Trostle, 1986b).

A análise das interfaces entre as dimensões biológica e social da alimentação, no entanto, apresenta uma característica fundamental da atuação da antropologia juntamente com as ciências médicas, o que também inclui a antropologia nutricional: o caráter aplicado da disciplina, já evidenciado nos primeiros estudos que buscavam essa perspectiva, ainda na década de 30, e intensificado nas últimas décadas. Nesse âmbito, tem-se buscado integrar uma perspectiva antropológica em programas internacionais de saúde coletiva e nutrição (Peltó, Goodman & Dufour, 2000; Scrimshaw, 1989; Scrimshaw & Gleason, 1992).

Trostle (1986b) chama a atenção para a persistência, na literatura, de discursos abertamente contrários às possibilidades de colaboração e para o fato de que, para cada iniciativa de colaboração bem-sucedida, há várias oportunidades perdidas. Neste último aspecto, o panorama dos estudos sobre alimentação e nutrição não parece diferir significativamente dessa descrição. Não surpreende assim que, a despeito dos progressos feitos no campo da antropologia nutricional, a adoção de perspectivas que contextualizem questões de ordem nutricional em um quadro complexo, em que interagem as dimensões biológica e cultural das relações entre o homem e seus alimentos, venha sendo freqüentemente desconsiderada na implantação de programas de intervenção em populações amazônicas (Murrieta, 1998) – mesmo diante das evidências de que aspectos como a dinâmica dos sistemas tradicionais de produção e distribuição, assim como as representações que a própria população faz de suas atividades econômicas, podem constituir elementos centrais para a compreensão dos determinantes do sucesso ou fracasso dos programas de intervenção. Fica evidente, portanto, a necessidade de se levarem em consideração os sistemas alimentares nativos, em suas diversas dimensões, para o planejamento, a implantação e a avaliação de quaisquer medidas de intervenção ligadas a problemas de ordem nutricional (Hidalgo, 1997; Scrimshaw & Gleason, 1992; van Liere, Brower & Den Hartog, 1996; Wilson, 1994).

Um exemplo claro da integração entre as perspectivas biológica e cultural em estudos sobre alimentação e nutrição pode ser encontrado na proposta de Jerome, Kandel & Peltó (1980). Os autores apresentam, de certo modo sintetizando as análises feitas ao longo da década anterior, o que denominam 'modelo ecológico' de análise dos sistemas alimentares. De acordo com o modelo, o 'sistema alimentar' seria composto por uma gama de fatores ligados à alimentação, cujas inter-relações afetariam o estado nutricional da população. Ele incluiria "a totalidade das atividades, instituições sociais, fluxos de materiais, e crenças relacionadas à produção, distribuição e consumo de alimentos em um grupo social específico" (Peltó, Goodman & Dufour, 2000: 3). No modelo, esses fatores poderiam ser reunidos ou sistematizados em dimensões como os ambientes físico e social, a organização social, a tecnologia e a cultura (ou os 'sistemas de idéias', segundo os autores); como eixo central, encontrar-se-ia a dimensão nutricional propriamente dita, constituída pela dieta e pelas necessidades nutricionais.

Os autores assinalam ainda que o princípio que norteia o modelo é sistêmico, na medida em que, diante das estreitas relações entre os mais diversos fatores que o compõem, uma alteração em um de seus componentes invariavelmente resulta em modificações nos demais. Vale dizer que a idéia de sistema alimentar proposta pelos autores não inclui o conceito de auto-regulação ou equilíbrio, nem a definição de limites precisos para as análises ou para o corpo de fatores envolvidos, o que dependerá dos critérios estipulados pelos

pesquisadores. O essencial é o reconhecimento da existência de uma rede de relações entre os mais distintos aspectos envolvidos e do fato de que, diante de tal complexidade, as análises 'monocausais' são comparativamente pouco produtivas. Com base nesses pressupostos, o potencial das análises residiria no exame detalhado das inter-relações identificadas entre os fatores selecionados.

O trabalho insere-se nessa perspectiva, ao considerar que as escolhas alimentares são moduladas por uma ampla gama de fatores, determinando, juntamente com outros processos, as condições de saúde e nutrição das populações humanas. Diante das complexas mudanças que os povos indígenas no Brasil vêm experimentando em suas trajetórias históricas, faz-se necessário um exame mais detalhado desse processo, em uma abordagem que não se limite aos aspectos biológicos da questão nutricional. Assim, as análises que se seguem consideram a existência de diversas dimensões articuladas em torno das práticas alimentares, o que inclui fatores tão distintos como os de ordem estritamente biológica e social, além de suas inter-relações. Nesse âmbito, estão compreendidos aspectos econômicos, ambientais, tecnológicos, sociológicos e simbólicos, para mencionar os mais evidentes. A análise de um sistema assim concebido privilegia, enfim, o exame das interações entre as dimensões biológica e sociocultural.

Mais que isso, trata-se aqui de reconhecer a existência de um sistema de idéias sobre a alimentação – lógico, coerente e legítimo,³ e articulado com as demais dimensões da vida e do pensamento nativos.⁴ E cuja compreensão é obrigatória, não apenas para o sucesso de programas e intervenções engendrados externamente à comunidade, mas também para a concretização de uma atenção efetivamente diferenciada à saúde e construída em bases dialógicas.

Notas

- ² Para uma revisão sobre o tema, remeto o leitor a Hames & Vickers (1983a); para um panorama dos estudos sobre as sociedades amazônicas, ver Viveiros de Castro (2002).
- ³ Destaco, no entanto, que a sua legitimidade encontra-se justificada por sua própria singularidade, e não por sua lógica ou coerência, a serem avaliadas por alguma forma de pensamento ou discurso hegemônico.
- ⁴ Nesse sentido, parece-me inadequada a seleção prévia e limitante das 'áreas' do pensamento estritamente necessárias à resolução de problemas de saúde específicos, segundo o conceito de 'ignorância ótima' proposto para as metodologias RAP (Rapid Assessment Procedures) (Herman et al., 1992).